

Nos caminhos da integração e da interculturalidade: os desafios da UNILA

Por Danielle Araújo¹

RESUMO

A interculturalidade enseja um desafio teórico e prático. Amplo e ao mesmo tempo complexo. Inicialmente abrigado no campo da educação, o termo vem ganhando visibilidade e potencial de debate nos últimos anos, chegando a alcançar as arenas discursivas da saúde, do direito, etc... Discutida preliminarmente, em contexto de educação indígena, observo a importância de ampliar o alcance da discussão para outras possibilidades de encontro onde a desigualdade e a diferença se apresentam. Este artigo procura fazer uma breve reflexão sobre as possibilidades e desafios da integração e da interculturalidade no Ensino Superior. Análise parte de algumas reflexões enquanto docente na disciplina de Diversidade Cultural e Interculturalidade. Revisitar os pressupostos políticos e teóricos que orientaram a criação da Universidade Federal da Integração Latino-americana – UNILA – é importante para definir a base de atuação da prática docente. Para uma melhor elucidação da proposta, o artigo está dividido em três partes. Na primeira apresento a importância das universidades nas políticas de integração. Na sequência, os pressupostos que levaram à criação da Unila. Em seguida discorro sobre os desafios da interculturalidade em contextos acadêmicos.

Palavras-chave: Integração, Interculturalidade, América Latina, Unila.

ABSTRACT

The intercultural entails theoretical and practical challenge . Broad and complex at the same time. Initially housed in the education field , the term has gained visibility and potential for debate in recent years , reaching the discursive arenas of health, law, etc ... Preliminarily discussed in the context of indigenous education , I note the importance of expanding the scope of the discussion to other possibilities against which inequality and difference are presented . This article seeks to make a brief reflection on the possibilities and challenges of integration and interculturalidade in Higher Education . Analysis of some reflections while teaching in the discipline of Cultural Diversity and Interculturalism . Revisit the political and theoretical assumptions that guided the creation of the Federal University of Latin American Integration - UNILA - it is important to define the basis of performance of teaching practice . To elucidate the proposal, the article is divided into three parts . At first introduce the importance of universities in integration policies . Following the assumptions that led to the creation of Unila . Then I wonder about the challenges of interculturality in academic contexts.

¹ Antropóloga, docente da graduação em Antropologia e Diversidade Cultural Latino-americana.

danielle.araujo@unila.edu.br

Keywords: Integration, interculturalism, Latin America, Unila.

INTRODUÇÃO

As universidades podem ocupar um lugar importante nas propostas políticas de integração latino-americana. A integração provoca dúvida e ambiguidades. Num momento em que grupos historicamente excluídos reivindicam seu direito a uma cidadania diferenciada, a integração, se não amplamente discutida e debatida, pode soar como uma retomada de políticas assimilacionistas pretensamente unificadoras que preservaram durante séculos estigmas e assimetrias sociais. Não podemos perder de vista que a América Latina é um território imenso, insuficientemente conhecido, onde convivem diferenças profundas, saberes variados, recursos igualmente diversos e mal distribuídos. A América Latina é um mundo superpovoado com áreas desertas.

Nesse contexto as propostas de integração necessitam revisitar as bases históricas que marcam, demarcam e conformam o que denominamos de América Latina. Para isto, o encontro entre alteridades é a realidade primeira onde o termo interculturalidade ganha potencial reflexivo.

Este artigo é uma reflexão despreziosa sobre a proposta de integração no Ensino Superior tendo como foco minha experiência como docente da UNILA. Num primeiro momento, procuro apresentar qual o lugar da universidade diante das propostas de integração para posteriormente situar a UNILA nesta discussão. Na América Latina, as propostas de integração levam inevitavelmente à discussão sobre interculturalidade, o que significa uma retomada densa ao período colonial – sede das desigualdades entre as sociedades latino-americanas.

EDUCAÇÃO SUPERIOR – DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Não é preciso ser um estudioso de educação comparada² para saber que o conhecimento ocupa um lugar primordial na configuração da nova ordem mundial. As turbulências do século XX deixaram claro aos países europeus a necessidade de associar-se num espaço comum de educação superior. O processo de Bolonha³ é um marco na Europa pela busca integrada e sinérgica da liderança política e, sobretudo, tecnológica.

Na América Latina ainda estamos distantes de um passo decisivo em direção da integração pelo conhecimento.

Fiúza de Mello (2010) aponta que as lideranças do continente ainda não entenderam que o desafio da regionalização ultrapassa as demandas do mercado, pois é mais uma imposição de sobrevida e de soberania nacional e regional nos marcos de um mundo globalizado.

Nesse contexto, o autor cita a UNILA, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB – e a Universidade da Integração da Amazônia – UNIAM – como iniciativas embrionárias. Projetos de educação superior como estas três universidades são apostas importantes do governo brasileiro para a promoção da integração regional. Atualmente, tais projetos são visados nacional e internacionalmente. Apesar das suspeitas levadas a reboque, o fato é que, para o continente, o êxito dessas universidades seria estrategicamente importante. Aposta-se que o Brasil, pela sua dimensão territorial e condição econômica favorável, possa levar a cabo a proposta da integração de forma criativa e inovadora. Apesar da importância da integração, esse termo é pouco discutido e sobram dúvidas sobre os eixos e as diretrizes da integração. Como ela pode ser trabalhada no contexto universitário? Qual a importância das universidades?

² Educação comparada é um campo de estudo do Ensino Superior com caráter multidisciplinar e enfoque transdisciplinar. Em outubro de 2009 foi realizado pelo Instituto Mercosul de Estudos Avançados a Cátedra Andrés Bello: Educação Superior Comparada, fundada por Carmen Guadilla, pesquisadora do CENDES da Universidad Central de Venezuela.

³ Política pública de um meta-estado para um meta-campo universitário, constituindo-se em uma política educacional supranacional, comum aos estados membros da União Europeia, com vistas à construção de um espaço europeu de educação superior. (LIMA:2008)

Segundo Bernheim (2009: 53) a integração deveria ser a peça chave do grande projeto latino-americano. A integração tem que ser compreendida no seu conceito amplo, tratada numa concepção humanística.

As universidades são espaços comprometidos em difundir um pensamento latino-americano para uma consciência integracionista. Não se trata de criar uma perspectiva latinocêntrica, mas identificar as particularidades positivas e negativas para operacionalizar formas de intervenção. Em outros termos, as universidades têm condições de gerir e gestar um pensamento estratégico que beneficie o continente.

Entretanto, nossa independência política está distante da independência ideológica e sobretudo tecnológica. Seguimos adotando e valorizando modelos que preconizam sociedades, cuja existência em si pressupõe o massacre de outras. A integração passa pelo conhecimento e estudo profundo da nossa história latino-americana. Retomando Bernheim (2009:57) é preciso elaborar um pensamento integracionista para o momento atual que contribua para dar respostas lúcidas a perguntas urgentes.

A União das Universidades da América Latina e Caribe – UDUAL⁴ –, na sua V Assembleia em 1967, definiu com precisão o papel das universidades nas políticas de integração. Abaixo reproduzo o documento da UDUAL:

LA V ASAMBLEA DE LA UNIÓN DE UNIVERSIDADES DE AMÉRICA LATINA

Recomenda:

1. Que las universidades de Latinoamérica tomen consciência de la realidad histórica, social y cultural de sus propios países y estudiensus recursos y necesidades humanas.
2. Como deber de las universidades de América Latina el estudio de los valores culturales latino-americano, su promoción y difucion, tanto de sus creaciones como de sus hombres representativos, afin de que se perfile la personalidad espiritual de América Latina y su funcione n la cultura humana universal.

⁴ A UDUAL foi criada em 1949 durante o I Congresso de Universidades Latino-americanas, que aconteceu na Universidade de San Carlos de Guatemala.

3. Para contribuir a la formación de la conciencia integradora de América Latina, se recomienda, que las universidades promuevan la revisión de los textos de historia de nuestros países , en todos los niveles.
4. Que, además de coordinar el proceso de integración con los organismos ya existentes para la ciencia y la cultura, se institucionalicen en todas las Universidades Latinoamericanas que promuevan; cátedras, Institutos, Oficinas de Relaciones Latinoamericanas, Seminarios inter-universitarios internacionales.
5. La urgencia de crear centros multinacionales especializados en el estudio de la cultura latinoamericana.
6. Que se creen, asimismo, centros de investigación de interés común a varias universidades y países.
7. Que, a fin de conseguir la integración cultural, más sólida en América Latina, se promueva también la integración de las instituciones universitarias de cada país y nivel regional.
8. Que la integración no constituya una esquemática y empobrecedora síntesis de aspiraciones comunes, sino que se realice sin detrimento del tesoro cultural de cada país.
9. Que se intensifique el intercambio recíproco de profesores y alumnos, se coordinen los programas de estudio; y se facilite la homologación de títulos y grados.
10. Que la Udual para facilitar la comunicación entre los universitarios, gestione ante los gobiernos Latinoamericanos el otorgamiento de tarifas reducidas para los delegados a los congresos y seminarios, promovidos por las Universidades de América Latina.
11. Que, para promover los valores humanos latino-americanos, la Udual estudie la posibilidad de crear un “Premio Latinoamericano de Humanidades” e otro de Ciencias.

Na perspectiva da UDUAL, as universidades são pontos estratégicos nas políticas de integração por sua condição de identificar as prioridades, levantar e apontar os problemas mais significativos que necessitam ser superados pelo continente, propondo acordos políticos e econômicos com vistas a superá-los. Temos claro que é inadmissível que, diante do alto nível de desenvolvimento científico e tecnológico

alcançado pela humanidade, ainda temos países com pessoas necessitando do básico para sobreviver. Mais inadmissível ainda é constatar que é na América Latina que temos os maiores índices de desigualdade do planeta.

A lógica desenvolvimentista buscada e figurada no discurso de muitos chefes de Estados não pode conviver com níveis tão alarmantes de desigualdade. As melhorias e o crescimento econômico de alguns países latino-americanos não retiram do continente o título de região mais desigual do mundo, de modo que a busca pela redução dos desníveis econômicos e de tudo que estes acarretam é um dever político e ético. Criar medidas com vistas a reduzir as desigualdades sociais abissais presentes na América Latina é o desafio do milênio. Algo que tem que ser posto nas agendas políticas nacionais e internacionais de forma efetiva.

A consciência social, isto é, a responsabilidade do indivíduo sobre o meio em que vive, necessita ser enfatizada e discutida em todos os âmbitos do conhecimento. A acumulação de renda criou sociedades violentas, estilos de vida segregados, haja vista os inúmeros dispositivos de segurança, cercas elétricas, grades, câmeras, alarmes, para coibir, afastar e identificar o Outro.

Os Outros das nações, esses tantos estigmatizados e despossuídos, flagelados contemporâneos, são herdeiros diretos de um passado colonial que se faz presente.

Não é necessário recorrer aos dados estatísticos para comprovar que os Outros das nações, em sua grande parte, estão racial e etnicamente identificados. Esses tantos trazem à cena contemporânea a marca da despossessão e, sobretudo, um mundo outro, um outro olhar que historicamente foi vendado.

Neste horizonte de atuação os espaços acadêmicos são locais privilegiados de crítica e questionamento das desigualdades sociais, podendo ainda valorizar outras lógicas de preservação e consumo. No entanto, projetos acadêmicos orientados para alcançar objetivos específicos requerem uma sensibilidade diferenciada – um outro olhar e forma de atuação. É neste contexto que a UNILA está situada.

UMA UNIVERSIDADE DIFERENCIADA?



Foto retirada do site das futuras instalações da Unila.

No ano de 2008, a Comissão de Implantação da UNILA reunia-se em Brasília. O desafio estava claro. Como criar uma universidade pública brasileira com um perfil inovador e solidário para a integração da América Latina? Se a proposta não era inovadora para a América Latina, o mesmo não pode ser dito do Brasil. O país assumia o protagonismo de integrar a América Latina pela via do conhecimento. Fernando Haddad, na ocasião ministro da educação, afirmou, que o sucesso do projeto estaria no seu caráter ousado e inovador: *“Criar-se-ia na educação superior um novo paradigma para que outros setores possam se adequar aos novos tempos. Esse projeto é um sonho antigo de muitos brasileiros e de muitos latino-americanos”*.

Guiados por esta recomendação, a Comissão aposta no caráter inovador da universidade. Nesse período, reconheceu-se a importância de estabelecer três direções-pilares para alcançar a integração regional.

São eles:

1. Integração em termos nacionais e transnacionais de forma solidária e com respeito mútuo;
2. Compromisso com o desenvolvimento econômico sustentável, tornando-o indissociável da justiça social e do equilíbrio do meio ambiente;
3. Compartilhamento recíproco de recursos e conhecimentos científicos e tecnológico com professores e estudantes da América Latina.

A viabilidade dessa proposta só se tornaria elegível se a cooperação e o intercâmbio estivesse pautado por princípios ético-políticos, com a liberdade para ensinar e pesquisar em uma cultura acadêmica inter e transdisciplinar. A comissão reconheceu ainda a importância do fortalecimento das relações culturais e da valorização da cultura aos desafios latino-americanos, respeitando as identidades culturais, religiosas e nacionais. O conhecimento recíproco entre os países latino-americanos.

A UNILA nasce no marco das ações do governo brasileiro em criar uma política externa cultural que esboce uma identidade para o bloco.

Apesar da perspectiva funcionalista e restrita, os relacionistas internacionais reconhecem a importância da cultura nas políticas de integração. Neste contexto, a cultura é vista como um fator determinante no comportamento do Estado e dos processos de integração regional. A política cultural serviria de apoio à política externa do Estado. “A cultura é reconhecida como um catalisador da integração regional e do desenvolvimento” (LESSA, 2010, p.57).

Para Mônica Lessa (2002), a política cultural externa compreende um conjunto de ações planejadas para, a longo prazo, amparar e ou fomentar a difusão e venda dos produtos culturais no exterior. Por produtos culturais entenda-se língua, teatro, música, culinária.

Nesse termo a cultura seria uma estratégia de diálogo e integração. O que esta perspectiva de cultura deixa de lado é a sua dimensão conflitiva e segregadora, pois, se os países podem dialogar por meio da cultura, não podemos esquecer que também é pelo viés da cultura que os conflitos eclodem. Isto é, a ausência do diálogo pode ser provocado pelo conflito entre culturas distintas. Se incorporar a dimensão conflitiva da cultura, num primeiro momento, pode esmaecer pontos de vista utópicos, por outro lado, pode levar a um diálogo efetivo que transcenda interesses mercadorocêntricos.

O projeto da UNILA tem como propósito superar uma perspectiva economicista da integração. A instituição é apresentada como:

(...) formadora de recursos humanos com lucidez e competência para contribuir com o desenvolvimento e integração cultural e econômica latino-americana, fomentado o intercâmbio científico e tecnológico entre as universidades e institutos de pesquisa da região, caracterizando sua atuação pela ênfase no intercâmbio acadêmico e na cooperação solidária com os países da região, caracterizando sua atuação pela ênfase no intercâmbio acadêmico e na cooperação solidária com os países do Mercosul e restante da América Latina, oferecendo cursos e desenvolvendo programas de pesquisa em estudos sociais e linguísticos, relações internacionais e áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e integração regional. (Projeto de lei n 12.189, de 12 de Janeiro de 2010)

A proposta inovadora discutida pela Comissão de Implantação aponta a necessidade de questionar termos usuais e comuns às demais universidades. Um desses termos é a questão da qualidade acadêmica. Para a comissão esse vocabulário na UNILA teria que ser redimensionado nos termos éticos e cognitivos. Busca-se um corpo docente e discente engajados nos problemas contemporâneos da América Latina, com uma visão abrangente que fundamenta uma metodologia transdisciplinar. Os projetos de pesquisa e extensão deveriam refletir essa perspectiva. A integração não é um processo natural e espontâneo. Logo, para alcançar esse objetivo, um conjunto de metas e diretrizes precisam ser articuladas a curto, médio e longo prazos. Neste cenário, aquilo que a Comissão chama de “diálogo intercultural” aparece como um ponto nevrálgico e urgente, posto que o encontro das diversas nacionalidades é a realidade primeira da UNILA, seu motivo de criação e, ao mesmo tempo, a problemática mais evidente. A integração nesses termos não pode ser confundida com homogeneização e negação da diferença. O projeto integrador da UNILA, prever um diálogo e conhecimento profundo das diferenças e semelhanças que unem e separam os 21 países que formam a realidade latino-americana.

Sem deixar de reconhecer a grandiosidade dessa proposta, a Comissão aponta que:

É certo que, ao lado desses ideais, a Comissão está mobilizada para a concretude dessa utopia. Saber onde está o ponto de intersecção entre o ideal que se anuncia e o real que emerge da dialética de circunstâncias várias constitui o cerne norteador da proposta que a Comissão está elaborando com a participação e colaboração de inúmeros especialistas. (Comissão de Implantação da UNILA)

Nesses moldes é criado um projeto de universidade com a missão de contribuir para o diálogo e avanço da integração regional com vocação transnacional, promovendo o conhecimento compartilhado, em que o “diálogo intercultural” é um ponto central e, já no projeto, reconhecido como nevrálgico.

A QUESTÃO DO DIÁLOGO INTERCULTURAL

O pleonasma proposital e/ou acidental da expressão diálogo intercultural, utilizado pela Comissão de Implantação da UNILA, aponta para a densidade da questão da interculturalidade e, principalmente, o uso desse conceito no Ensino Superior.

O termo interculturalidade é cada vez mais recorrente em projetos e discursos políticos. A incessante comunicabilidade contemporânea favorecida pela tecnologia da informação possibilita um contato transnacional nunca vivido na história da humanidade. E-mails, mídias sociais, sites, reprodução em tempo real, esses são pequenos exemplos das inúmeras formas de contato. Todavia, permanece o questionamento sobre o modo como estes encontros vêm sendo significados. Até que ponto esses contatos possibilitam de fato uma troca/diálogo e/ou simplesmente sedimenta perspectivas desiguais?

Zarco Mera (2004) aponta que as lógicas de desenvolvimento industrial e de acumulação de capital têm gerado as culturas mais destrutivas da humanidade, levando a uma situação pré-apocalíptica de deterioração do humano e seu meio. Neste contexto, a interculturalidade como ponte de diálogo entre as culturas implica numa alta responsabilidade dos Estados e sociedades nacionais.

Nos últimos anos, observamos em toda a América Latina a demanda de comunidades historicamente excluídas a exigir seus direitos. Organizados pela consciência do direito, as ditas minorias surgem no cenário contemporâneo com demandas específicas, secularmente negadas. Esses novos atores políticos têm clareza que uma coisa é fazer caridade, outra é reconhecimento de direito. As reivindicações pela especificidade racial e/ou étnica estão presentes em todas as áreas, mas é na educação que surgem os debates mais ruidosos.

No Brasil e em alguns países latino-americanos, o reconhecimento, por parte do Estado, da inacessibilidade ao ensino por fatores étnicos e raciais levou à criação de políticas públicas efetivas para a inclusão. Esta constatação passou a ocupar um lugar importante na agenda política nacional e internacional. A racialização e etnização das políticas públicas, ou ainda as políticas inclusivas e exclusivas⁵, provocam um debate importante. Se, por um lado, os debates não chegam a um denominador comum, é

⁵ O Ministério da Cultura, em março de 2013, criou uma série de editais exclusivos para afrodescendentes.

inegável a relevância do tema abordado, levando à reflexão e até à inflexão, posturas racistas e segregadoras durante anos veladas.

Neste horizonte discursivo e de atuação, o diálogo intercultural é a realidade primeira desse encontro/confronto historicamente esperado.

Dívida histórica, acerto de contas, essas são algumas das expressões utilizadas para apontar que o saldo devedor das elites é equiparado à concentração das suas riquezas. Mas tal acerto não pode estar restrito à distribuição de renda. A questão não pode estar centrada somente em ofertar ensino às camadas excluídas, para que estas ingressem no mercado de trabalho. O diálogo intercultural efetivo não pode furtar do debate um aspecto abrangente que engloba as diferentes visões de mundo que nos separam – é preciso revisitar perspectivas distintas das quais fazemos parte e, ao mesmo tempo, nos constituem.

O trabalho de revisitar arquivos de uma memória fragmentada dispersa em pessoas e paisagens é, para a antropóloga Rita Segatto, simultaneamente político, jurídico e historiográfico. Precisamos ter claro que raça e pertença étnica é signo de uma história – herança da despossessão. (SEGATTO: 23) Aos despossuídos não foi negado apenas direitos elementares, saúde, educação, mas sobretudo sua visão de mundo e o direito à dignidade no mundo para eles forjado. A viagem de volta não pode deixar de percorrer o caminho de violência e ocultação do passado, apontando para novas possibilidades.

Diante das assimetrias historicamente construídas fica evidente que os caminhos para a interculturalidade são sinuosos e tensos. Reposicionar as bases epistemológicas, sociais e políticas para alcançar a interculturalidade requer um esforço permanente e reflexivo sobre os abismos que separam os grupos humanos. Isto porque interculturalidade não é um fim a ser alcançado, mas um caminho a ser percorrido para uma sociedade menos desigual/violenta.

Nestes termos, as identidades políticas que se reinventam em todos os cantos do mundo demandam por direitos historicamente negados. Impossível apaziguar tanta diferença, porém é imprescindível fazê-las dialogar, pois, como afirmou o cientista político Samuel Huntington, as grandes divisões da humanidade e a fonte dominante de conflitos serão culturais.

O choque das civilizações dominará a política global. As linhas de fissura entre as civilizações (cristã e islâmica, confuciana e hindu, norte-americana e japonesa, europeia e africana) serão as linhas de combate do futuro. A próxima guerra

mundial, se vier, será uma guerra entre civilizações. (Huntington, *apud* Geertz, 2001).

Neste panorama o reconhecimento das causas e manutenção das desigualdades é o primeiro passo e o mais difícil. Ao apontar a heterogeneidade do mundo, Geertz nos diz que as causas dessa desmontagem não são apenas políticas, mas da história instável caprichosa e dilacerada pela violência.

No seu amplo capítulo, onde argumenta sobre *Um mundo em pedaços*, cada vez mais interconectado e compartimentalizado, Geertz aponta que a diferença não deve ser concebida como negação da semelhança, mas como seu oposto e contradição. As identidades são negociadas a partir da diferença. Tais diferenças não devem ser negadas, mas conhecidas e analisadas com profundidade.

UNIVERSIDADES INTERCULTURAIS NA AMÉRICA LATINA

Nos últimos anos, observamos a tentativa, por parte de alguns Estados latino-americanos, de atender às demandas das populações indígenas por meio da criação de conselhos, escolas e/ou universidades interculturais. Por exemplo, o *Consejo de Educación de Adultos de América Latina – CEAAL –*, *Coordinación General de Educación Intercultural y Bilingüe – CGEIB –* e o *Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe – CREFAL*. Pode-se citar ainda a OEA e a UNESCO que, juntamente com os Estados, dispensa esforços para fortalecer e valorizar experiências educativas interculturais centradas em sua maior parte nos grupos indígenas.

É preciso termos clareza que as universidades forjaram durante séculos o ideal de uma nação unitária e supostamente igualitária, reproduzindo os valores e perspectivas de uma elite ocidental. Trazer a essas instituições modelos de educação diferenciados que questionem o instituído é uma questão de política pública, com vistas a reduzir a desigualdade social e promover o desenvolvimento social. A destituição dos valores, conhecimentos, cosmovisão e toda uma gama de saberes é uma forma de eliminação do Outro, das formas de ser e expressão.

Diante dos desafios, os atores envolvidos estão cientes da complexidade das propostas de educação intercultural. Não há dúvidas de que há mais questionamentos do que respostas. O reconhecimento da adscrição étnica e racial como fator de exclusão mobilizou estados e instituições internacionais. No entanto, é preciso analisar as formas

de inclusão. Questionar até que ponto o discurso da interculturalidade serve de manobra política e até que ponto está criando outra possibilidade de visão de mundo é o x da questão.

Em linhas gerais é possível identificar pelo menos duas formas de execução do ensino intercultural. Uma delas tem sido a criação de cotas e ou graduações interculturais no interior de universidades tradicionais. Uma outra forma de execução é a criação de universidades interculturais com cursos específicos para atender às demandas indígenas. Em ambos os casos as problemáticas são particulares a cada experiência.

Quanto às instituições que criaram cursos e cotas para os estudantes, a primeira problemática é quanto à localização desses espaços. As universidades estão localizadas em zonas urbanas; logo, é preciso construir novas sedes para atender ao público que se pretende alcançar.

Outra questão é a permanência dos estudantes nas universidades. Os índices de evasão escolar entre indígenas chega a 90% em universidades brasileiras. Os motivos da evasão são vários. Um deles é a dificuldade do estudante em manter-se na universidade. Diante do exposto, fica evidente a necessidade de descentralizar as instituições de ensino dos grandes centros urbanos para as ditas áreas periféricas. Não basta possibilitar o ingresso, é preciso garantir as condições mínimas para a permanência e a conclusão do curso. Uma outra questão é que a inclusão por si só não desestabiliza uma perspectiva hierárquica. Instituições que criaram licenciaturas para indígenas sem professores devidamente qualificados colocaram em evidência os rótulos de bons e maus alunos. O modelo de inclusão referendado somente no ingresso diferenciado, sem levar em consideração a estrutura interna da universidade, leva às salas de aulas realidades assimétricas que passam a coexistir num mesmo espaço e tempo. Urge pensar criticamente nos parâmetros pedagógicos e políticos de ensino, avaliação, pesquisa, extensão, enfim, toda estrutura que compõe as universidades.

A necessidade de atender demandas específicas levou alguns países a criar modelos educacionais supostamente diferenciados. São as chamadas escolas e universidades interculturais.

As denominações sobre as diferentes experiências interculturais variam de acordo com o país e a política vigente. Estas diferenças estão pautadas pelas distintas interpretações que os atores fazem da realidade e da importância da educação. Apesar dos avanços legais e jurídicos que reconhecem a diversidade cultural, muitas

instituições prosseguem com marcos monoculturais, ferindo os fundamentos que orientaram sua criação.

Como aponta Daniel Mato (2011), as diversas interpretações de ideias – como as de educação própria, educação intercultural, educação comunitária, educação popular, democracia, cidadania, discriminação positiva, ação afirmativa, interculturalidade, equidade, qualidade de vida, bem-viver, desenvolvimento local, desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentável – não podem estar desarticuladas do contexto social, político e econômico em que estão situadas. Um dos pontos-chaves a saber é sobre a forma de organização e estruturação das propostas, quais são seus idealizadores e que fim visam alcançar.

As diferentes denominações apontam para posicionamentos políticos e ideológicos, pois não basta enfatizar o discurso da diversidade, ocultando pelo prisma do arco-íris as desigualdades latentes entre os povos. A forma como a inclusão simbólica – festas, danças, músicas, gastronomia, artesanato – é manipulada, tende a ocultar a realidade socioeconômica historicamente desigual e exploratória que necessita ser questionada.

Não basta propor/forjar encontro entre diferenças. É preciso criar mecanismos de discussão e equivalência. Assim, as propostas de educação intercultural requerem uma vigilância epistemológica constante e uma permanente busca pela diferenciação, onde se faz necessário criar mecanismos de funcionamento institucional que estejam em diálogo com as pessoas – realidade universitária. A questão não é ofertar um conteúdo/conhecimento diferente em grades curriculares. É preciso que a diferença se faça presente nas entranhas da instituição, modificando a forma de pensar e atuar. Nessa lógica é que são criados os modelos de universidades interculturais, resistentes a uma cultura acadêmica monocultural.

As análises e estudos sobre as universidades interculturais apresentam um panorama complexo diante da diversidade das necessidades e possibilidades. De todo modo, independentemente do país em que o modelo de educação intercultural esteja sendo aplicado, fica evidente a importância de uma educação de base intercultural para todos.

EM VIAS DE CONCLUSÃO

Diante do exposto, evidencia-se que a UNILA não tem a interculturalidade como foco. Entretanto, não se pode negar a importância prática desse termo no convívio universitário. Nesses três anos e meio de atuação na UNILA, observo a impossibilidade de avançar nos propósitos da universidade sem uma discussão permanente e efetiva sobre as diferenças entre as diversas nacionalidades denominadas genericamente de latino-americanas.

Na UNILA experienciamos formas díspares de des/encontros de brasileiros e os ditos estrangeiros. Formas diferenciadas de estrangeirismo são vivenciadas cotidianamente. Os brasileiros oriundos das mais diversas cidades estrangeirizam-se na fronteira. A ausência⁶ de restaurantes e quadras de esporte voltados à realidade multicultural da UNILA leva a uma espécie de abrasileiramento de hábitos. Quanto aos poucos iguaçuenses que estudam na universidade, estes se vêem cercados de pessoas cujo referencial dista de suas realidades, tendo ainda que ouvir noções pejorativas e comentários aleatórios sobre a condição da cidade. Tais comentários não refletem a política nacional destinada às regiões de fronteira.

O cerne da questão está em como instrumentalizar questões que, num primeiro momento, soam como problemáticas. O corpo discente da UNILA chega à instituição eivado pela busca do novo. Buscam-se formas alternativas e ativas de pensar a vida social. Estes jovens incorporam a ideologia do projeto e se aventuram em profissões pouco comuns no mercado das profissões: Mediação Cultural, Desenvolvimento Rural, Saúde Coletiva, Antropologia e Diversidade Cultural Latino-americana, a nível de graduação, só para citar alguns cursos que não encontramos em muitas universidades da América Latina. Como valorizar essa pluralidade, produzindo aprendizagem significativa que leve ao alcance dos macro-objetivos propostos pelo projeto da universidade, deveria ser a busca sinérgica do corpo docente. A pequena trajetória da instituição tem mostrado caminhos sinuosos que precisam ser analisados com densidade⁷. Não basta modificar uma estrutura de funcionamento. É preciso um empenho adicional da diversidade docente, gestora e discente para pôr em ação os propósitos que deram origem à instituição. Estes grupos devem estar orquestrados para

⁶ O prédio que será a sede da UNILA está em fase de construção. Até o presente momento, as aulas estão em alguns blocos do Parque Tecnológico da Itaipu e em outro prédio alugado no centro da cidade.

⁷ Este artigo não tem como propósito realizar uma análise dos três anos de atuação da UNILA.

um objetivo comum, embora compartilhado. Dessa forma poderíamos instaurar novas subjetividades que, resignadas com a conjuntura da realidade universitária, posicionarem-se-iam ativamente pela mudança, inclusive diante das regras dos órgãos de fomento. Isso poderia levar o Brasil a tentar superar a contradição entre a retórica da integração e uma prática eminentemente brasileira de condução da mesma.

Como foi conversado por alguns estudantes durante as aulas, necessitamos de uma plataforma de diálogos que leve em consideração problemas de ordem prática. A dimensão da vida prática deveria ser a base para a criação de normativas com vistas a equacionar os problemas reais. O princípio da burocracia não pode sobrepujar o acadêmico. Temos um horizonte de atuação que pode nos levar a vários caminhos. Caminhemos então, como nos diz Geertz, com a obrigação moral de ter esperança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUPETIT, Sylvie Didou. “Pensar Etnico: de la atención a una demanda sectorial a la reflexión sobre los modelos de organización social”. In: *Educación Superior de carácter étnico en México: Pedientes para la reflexión*. México: Centro de Investigación em Estudos Avançados, 2011p. 11-41.

BERNHEIM, Carlos Tunnermann. “ América Latina: identidad y diversidad cultural. El aporte de las universidades al proceso integracionista”. In: *IMEA - Comissão de Implantação da Universidade Federal da Integração latino-Americana. UNILA: consulta internacional. Contribuições à concepção, organização e proposta político-pedagógica da UNILA*. Foz do Iguaçu : IMEA, 2009.

BETANCOURT. Raúl Fonet. *Sobre el concepto de Interculturalidade*. Mexico: Consorcio Intercultural, 2004.

CARVALHO, Beatriz Thomaz and GOIANA FILHO, José Elísio Alves. O papel da cultura nos processos de integração regional: o caso da UNILA. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2001, 3, 2011, São Paulo. Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100033&lng=en&nrm=abn>. Access on: 10 Dec. 2013

DIDRIKSSON, Axel. “La construcción de nuevas universidades para responder a la construcción de una sociedad del conocimiento” In: *IMEA - Comissão de Implantação da Universidade Federal da Integração latino-Americana. UNILA: consulta internacional. Contribuições à concepção, organização e proposta político-pedagógica da UNILA*. Foz do Iguaçu: IMEA, 2009.

FIÚZA DE MELLO, A. B. “Os sinais de Bolonha e o desafio da construção do espaço latino-americano de educação superior”. In: *La Cuestión Universitária*. v. 6, 2010.

- GEERTZ, C. “A situação atual”. In: *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 86-130.
- LESSA, Mônica Leite. *Mercosul Cultural: desafios e perspectivas de uma política cultural*. *Mural Internacional*. Rio de Janeiro: Ano I, n° 2, novembro de 2010, p. 50-58.
- LESSA, Mônica. “Relações culturais internacionais”. In: MENEZES, Lená; ROLLEMBERG, Denise; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002, p.11-26.
- LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. In: *Avaliação (Campinas)*, Sorocaba, 13, n.1, Mar. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141440772008000100002&lng=en&nrm=iso>. accesson 10 Dec. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772008000100002>.
- MATO, Daniel. “Diversidad cultural e interculturalidad en educación superior: Un panorama de la diversidad de modalidades de colaboración intercultural en educación superior actualmente en curso en América Latina”. In: *Aquí estamos*. N° 14, p. 6-12, janeiro-junho, 2011. Disponível em: <http://ford.ciesas.edu.mx/Revistas.htm>
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. Disponível: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>
- SEGATO, Rita. “Identidades políticas / Alteridades históricas: una crítica a las certezas del pluralismo global”. In: *La Nación y sus Otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de Políticas de la Identidad*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.